TEORIA FRANCESA DA REGULAÇÃO E ESCOLA DA ESTRUTURA SOCIAL DE ACUMULAÇÃO (PARTE 1): ORIGENS E DESENVOLVIMENTOS[1]

Marcelo S. Bandeira de Mello Filho (Doutorando em Economia, Cedeplar/UFMG)

RESUMO

O texto tem como objetivo apresentar as origens e os desenvolvimentos principais da teoria francesa da regulação (TR) e da escola da estrutura social de acumulação (EESA) até o final dos anos 1990. Os trabalhos fundadores da TR procuram explicar a persistência da estagflação da década de 1970. Nas décadas de 1980 e 1990, enquanto alguns autores procuraram compreender diferentes formas de fordismo e de taylorismo, outros autores relativizam a importância desses conceitos. Já a pesquisa em termos de estruturas sociais de acumulação surgiu para explicar as ondas longas do capitalismo. Na década de 1980 o arcabouço teórico foi utilizado para o entendimento da conjuntura americana. Segundo as duas correntes não havia, nas décadas de 1980 e 1990, uma estrutura institucional consolidada nos EUA e na Europa Ocidental.
Palavras-chave: Teoria francesa da regulação; escola da estrutura social de acumulação.

ABSTRACT

The text aims to present the origins and major developments of the French regulation school (TR) and the social structure of accumulation theory (EESA) until the end of the 1990s. The firsts works of TR seek to explain the persistence of the stagflation of the 1970s. In the 1980s and 1990s, while some authors sought to understand different forms of Fordism and Taylorism, other authors relativize the importance of this concepts. The research in terms of social structures of accumulation appeared to explain the long waves of capitalism. In the 1980s the theoretical framework was used to understand the American situation. According to the two schools, in the 1980s and 1990s, there was no institutional structure consolidated in the U.S. and Western Europe.
Key words: French regulation school; social structure of accumulation theory.

Seções ordinárias: Área temática 1: Metodologia e História do Pensamento Econômico.
Subárea 1.2: História do Pensamento Econômico.

1- INTRODUÇÃO[2]

Diversos textos já foram produzidos comparando a teoria francesa da regulação e a escola da estrutura social de acumulação (JESSOP, 1990; JESSOP, SUM, 2006; O'HARA, 1994; KOTZ, 1994, COBAN, 1994, MAVROUDEAS, 2006). Porém, tais textos, com a exceção parcial do artigo de Jessop e do livro de Jessop e Sum, não tiveram como objetivo principal apresentar as origens e os desenvolvimentos das duas correntes, se atendo a uma comparação crítica dos principais conceitos das duas escolas. O presente artigo, pelo contrário, visa justamente investigar

[1] Trabalho submetido ao XVIII Encontro Nacional de Economia Política da SEP.

[2] O autor beneficiou-se, nas fases preliminares do trabalho, das sugestões e críticas de Carlos Eduardo Suprinyak e de Hugo Eduardo Araújo da Gama Cerqueira. Os mesmos não são responsáveis pelos equívocos remanescentes.

tanto os trabalhos fundadores das duas escolas quanto o ambiente acadêmico e social no qual estão inseridas, assim como os diferentes desenvolvimentos das duas correntes até o final dos anos 1990[3].

A continuação deste artigo, "Teoria francesa da regulação e escola da estrutura social de acumulação (parte 2): desenvolvimentos recentes, críticas e sugestões com base em Veblen" visa investigar as duas escolas até os dias atuais, além de apresentar críticas realizadas por diversos autores e ainda propor uma releitura, com base nas obras de David Kotz e de Thorstein Veblen, dos conceitos principais das duas escolas.

Assim sendo, neste artigo pretende-se realizar uma história do pensamento econômico da teoria da regulação e da escola da estrutura social de acumulação. Para tanto, na próxima seção do trabalho, apresentaremos o contexto social e acadêmico no qual estavam inseridas as duas escolas de pensamento, nas suas origens. Em seguida apresentaremos os principais argumentos desenvolvidos nas obras fundadoras e consolidadoras das escolas, aquelas obras desenvolvidas entre meados da década de 1970 e os primeiros anos da década de 1980. Na seção seguinte observaremos os desenvolvimentos realizados nas décadas de 1980 e 1990. Neste trabalho não será feita uma análise crítica das duas escolas, realizada na continuação do artigo.

Assim como em boa parte das escolas de pensamento, ficará claro que o desenvolvimento de cada uma das duas correntes não segue necessariamente uma linha uniforme de pesquisa. Pelo contrário, existem linhas de pesquisa que são adotadas por alguns autores e não por outros, temas que são abandonados, divergências teóricas entre os autores.

A teoria francesa da regulação e a escola da estrutura social de acumulação são duas das mais importantes vertentes heterodoxas surgidas nas últimas décadas. A teoria francesa da regulação (também chamada de teoria parisiense da regulação ou simplesmente teoria da regulação, TR) e a escola das estruturas sociais de acumulação (EESA, componente importante de um movimento conhecido como economia política radical americana) apareceram quase simultaneamente, no final dos anos 1970. A edição francesa de "Régulation et crises du capitalisme" de Michel Aglietta saiu em 1976 e a edição em inglês em 1979. Os primeiros textos sobre as estruturas sociais de acumulação foram publicados por David M. Gordon em 1978 e 1980, respectivamente os textos "Up and down the long roller coaster" e "Stages of accumulation and long economic cycles".

Um traço marcante do pensamento das duas escolas é a ênfase dada às instituições. Estas estabelecem uma mediação entre o nível mais abstrato de análise – que tanto para os regulacionistas franceses quanto para os autores americanos é originado da obra de Marx – e os problemas concretos da realidade econômica. Tanto a teoria francesa da regulação quanto a teoria das estruturas sociais de acumulação advogam que a trajetória do processo de acumulação de capital

[3] O leitor notará que, dentre as referências bibliográficas da TR, algumas se encontram na língua portuguesa. Por outro lado é virtualmente inexistente uma bibliografia em português sobre a EESA. Esse lapso também serve como justificativa para este artigo.

deve ser estudada a partir dos ambientes institucionais específicos nos quais ocorre a acumulação. Um modo de regulação e uma estrutura social de acumulação condicionam e estimulam o processo de acumulação (os regulacionistas franceses possuem o conceito de regime de acumulação, ausente das abordagens da estrutura social de acumulação). Aspectos políticos, sociais e culturais, considerados exógenos pela maioria das tradições do pensamento econômico, são importantes para o funcionamento de determinada etapa do capitalismo. Os diferentes períodos institucionais e de acumulação passam por etapas de criação/expansão/crise. A TR e a EESA também distinguem pequenas crises, resolvidas no âmbito do arcabouço institucional de grandes crises, que provocam a modificação do mesmo arcabouço.

Ambas as correntes surgiram na década de 1970, período de crise econômica nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Essa década ficou marcada pelas crises do petróleo, pela estagflação, pelo rompimento do acordo de Bretton Woods e pela derrota estadunidense no Vietnã. O período marca a ruptura da estrutura institucional que possibilitara a ocorrência de altas taxas de crescimento econômico no pós-guerra. Os autores da teoria da regulação e da escola da estrutura social de acumulação se voltaram à análise das diferentes possibilidades de superação dessa crise.

2- ANTECEDENTES DA TR E DA EESA

A tese de doutorado de Michel Aglietta, "Régulation et crises du capitalisme", defendida em 1974 e publicada em francês em 1976, é considerada o texto fundador da TR[4]. Antes disso, o termo regulação já era utilizado na literatura francesa, ainda que de modo impreciso. Segundo Bob Jessop (1990; JESSOP, SUM, 2006), foi Paul Boccara quem introduziu o termo regulação na economia política, no início dos anos 1960. Suas obras tiveram relevância no Partido Comunista Francês (PCF) e sua corrente é considerada por Jessop a mais antiga vertente regulacionista. Aglietta foi membro do PCF, do grupo de estudos de Boccara e do GRREC (Groupe de Recherche sur la Regulation d'Economies Capitalistes – desenvolvido em Grenoble desde meados dos anos 1970 e que também utilizou o conceito de regulação antes da TR. Seu principal nome é Destanne de Bernis). Tradicionalmente o termo escola francesa da regulação se refere à vertente parisiense, a mais famosa e mais influente.

Além da relevância que o termo regulação estava tendo no ambiente intelectual da economia marxista francesa, outra influência marcante, para o marxismo do país na mesma época, foi a obra de Louis Althusser, teórico construtor de um marxismo estruturalista – muitas vezes considerado determinista e engessado – que dava pouco espaço à ação humana. O filósofo era muito lido, ainda que criticamente, na época. Os regulacionistas franceses foram marcados por esse

[4] Importante destacar que o termo regulação não se refere ao uso mais comum da palavra, que corresponde a regulamentação, mas diz respeito, à estrutura institucional responsável por criar regularidades no capitalismo.

processo de releitura crítica de Althusser (LIPIETZ, 1993; BRAGA NETO, 2002).

No que se refere à economia, o pensamento keynesiano e kaleckiano, em termos do princípio da demanda efetiva, é uma marca constante, já que os regulacionistas focam tanto as condições de oferta quanto as de demanda. Já em termos de sociologia e de política, o conceito de fordismo é tomado emprestado de Gramsci, embora os conceitos de consenso, hegemonia, bloco histórico, correlação de forças, transformismo, revolução passiva, dentre outros do universo gramsciano, não sejam correntemente utilizados pelos teóricos da regulação[5].

Vale a pena destacar ainda que os acontecimentos de 1968 tiveram uma grande importância no ambiente intelectual francês. Os protestos, organizados pelos mais variados grupos, nos quais estavam presentes desde feministas, estudantes e operários a imigrantes e ecologistas, marcaram a geração dos regulacionistas[6]. Outras influências culturais da época são o maoismo e a Revolução Cultural Chinesa. Ainda acerca do ambiente político e intelectual francês da época, Husson (2009, p. 176) nota que o período de surgimento da TR foi marcado, no meio político francês, pelo debate em torno do Programme Common, um programa reformista assinado pelo Partido Comunista Francês, pelo Partido Socialista e pelos radicais de esquerda.

Alguns dos principais autores regulacionistas, Michel Aglietta, Robert Boyer e Alan Lipietz, estudaram na Escola Politécnica. Lipietz foi membro do CEPREMAP (Centro de Estudos Prospectivos de Economia Matemática Aplicada ao Planejamento) entre 1973 e 1999, centro de pesquisa do qual Boyer ainda faz parte. Aglietta e Boyer foram membros do Conselho de Análise Econômica do Primeiro Ministro (CAE). Aglietta também foi membro do Instituto Nacional de Estatística e de Estudos Econômicos (INSEE). Alguns dos outros autores regulacionistas importantes são Benjamin Coriat, Bruno Théret, André Orléan e Frédéric Lordon.

Já a abordagem da estrutura social de acumulação surgiu no final da década de 1970, com a publicação dos artigos já citados de David Gordon. Porém, antes dos textos seminais de Gordon, já estava sendo desenvolvida, nos EUA, uma nova forma de pensar a economia, que se autointitulava “economia política radical”. Desde o começo dos anos 1960 começou a haver uma grande insatisfação no meio estudantil, não só na economia, mas também em outras áreas das ciências humanas, com relação ao ensino em geral e com relação às decisões políticas do país.

Surgiram uma série de movimentos, principalmente de feministas, de negros e de estudantes, reunidos sob o rótulo de New Left. Uma das mais importantes organizações é fundada em 1960: o movimento Students for a Democratic Society (SDS), originário do Student League for Industrial Democracy (SLID), foi muito ativo ao longo dos anos 1960, mobilizando milhares de

---

[5] Alguns pensadores, como Bob Jessop, Joachim Hirsch, Henk Overbeek, Kees van der Pijl, dentre outros, procuram uma maior aproximação das ideias regulacionistas com o legado de Gramsci, tanto do ponto de vista do Estado Nacional quanto do ponto de vista internacional (JESSOP, SUM, 2006).

[6] Como veremos na próxima parte do texto, os movimentos dessa época também marcaram os radicais americanos.

estudantes em torno dos Direitos Civis e contra a Guerra do Vietnã. Protestos, ocupações, greves estudantis e outras formas de manifestação ocorreram em diversas universidades, tais como na Universidade da Califórnia em Berkeley (já a partir de 1964-65), e os famosos protestos na Universidade de Nova Iorque e na Universidade de Colúmbia de 1968. Nos anos seguintes a movimentação estudantil continuaria intensa.

Existe uma tradição de releitura de Marx e de economia política crítica nos EUA desde, pelo menos, a fundação da Monthly Review, em 1942, capitaneada por Leo Huberman e Paul Sweezy. Este publicou, junto de Paul Baran, "O capital monopolista", em 1966. Em 1968 foi fundada a Union For Radical Political Economics, URPE, quando se reuniram na Universidade de Michigan (em Ann Arbor) estudantes dessa universidade, de Harvard e do Radcliffe College. Alguns dos membros fundadores da URPE foram: Samuel Bowles, Barry Bluestone, Herbert Gintis, Arthur MacEwan, Michael Reich e Thomas Weisskopf. No ano seguinte, fundaram uma revista de economia política radical, a Review of Radical Political Economics (MATA, 2009; URPE, 2012).

Muitos dos principais pensadores radicais americanos – MacEwan, Bowles, Gintis, Weisskopf, dentre outros – tiveram uma formação tradicional em economia: estudaram e lecionavam disciplinas nas quais predominava a economia neoclássica. Esses quatro autores, especificamente, eram professores associados em Harvard entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970. Nenhum dos quatro foi efetivado, em virtude da sua posição radical. O departamento de economia de Harvard, que até então tinha como membros professores com posições progressistas, tais como Leontief e Galbraith, adquiriu uma feição mais conservadora. Por outro lado, Bowles foi figura central na mongem de um centro de economia política radical na Universidade de Massachusetts em Amherst. Convenceu o departamento a contratar Herbert Gintis, Richard Edwards, Stephen Resnick e Richard Wolff. Arthur MacEwan é professor aposentado na Universidade de Massachusetts em Boston, enquanto Thomas Weisskopf é professor emérito na Universidade de Michigan. Outro importante radical americano, David Gordon, já falecido, era professor na New School for Social Reasearch[7].

Os economistas radicais americanos não estavam satisfeitos com as teorias disponíveis e começaram a revisitar a obra de autores tais como Marx, Keynes, Schumpeter e Kalecki, em busca de respostas para questões que sequer eram levantadas pelas correntes teóricas dominantes, tais como: o papel subordinado da mulher, o imperialismo, o racismo, as ondas longas do capitalismo, a segmentação do mercado de trabalho e o sistema educacional[8].

---

[7] Sobre a economia política radical, a não contratação dos professores radicais em Harvard e sobre a formação de um centro radical em Amherst, veja Mata (2009), Bowles (1973), Lee (1975), Reich (1993) e Weisskopf (2012).

[8] As coletâneas editadas por Bowles e Edwards (1990) e por Edwards, Reich e Weisskopf (1986) apresentam um panorama dos trabalhos da economia política radical americana.

3- TRABALHOS FUNDADORES

As obras fundadoras da teoria da regulação e da escola da estrutura social de acumulação tinham como motivação principal compreender as mudanças de longo prazo do capitalismo, além de compreender os problemas da época. Para tal, propunham o estabelecimento de um nível de análise menos abstrato que o feito por Marx.

A obra de Aglietta fundadora da TR (1979, p. 9-11) parte de uma insatisfação, presente na academia da época[9], com relação às características principais da doutrina econômica então predominante: a inabilidade de expressar o pensamento em termos do tempo histórico e a incapacidade de captar o conteúdo social e conflituoso das relações econômicas. Observa que a teoria econômica predominante é a do equilíbrio geral neoclássico (ou da síntese neoclássica), que tem grande dificuldade de lidar com as crises e com o tempo histórico.

Aglietta (1979, p. 12-13) sugere que a teoria da regulação busque, então, ser uma alternativa ao paradigma do equilíbrio geral, centrando-se no conceito de regulação, que procura dar conta tanto da reprodução do sistema quanto da sua transformação qualitativa. Para isso, a obra parte do conceito marxiano de modo de produção, mas procura compreender as diferentes formas nas quais o modo de produção se reproduz (AGLIETTA, 1979, p. 16).

Segundo a leitura de Aglietta, os elementos centrais da teoria do valor de Marx são o assalariamento e a competição intercapitalista, responsáveis pela estratificação da sociedade em duas classes sociais, a burguesia e o proletariado. Importante notar que as transformações do modo de produção capitalista, ainda que motivadas pela concorrência, se dão, fundamentalmente, na esfera da relação salarial, que inclui tanto as diferentes maneiras de produzir quanto as normas salariais e de consumo. O foco da análise, portanto, não pode ser apenas as formas de concorrência, como faziam os autores estudiosos do capitalismo monopolista.

Seguindo a obra de Marx, Aglietta analisa o processo de acumulação de capital com base em dois departamentos e observa uma tendência ao desenvolvimento desigual dos mesmos. O departamento I, produtor de bens de capital, tenderia a ter suas forças produtivas revolucionadas mais rapidamente que o departamento II, produtor de bens de consumo. Essa desigualdade pode causar crises no sistema capitalista. O autor, então, advoga uma análise do capitalismo centrada nas mudanças do valor dos dois setores (AGLIETTA, 1979, p. 57). Com o crescimento da produtividade do setor I, produtor de bens de capital, podem ocorrer crises de desproporção na economia. Tal problema é evitado, por sua vez, se o segundo setor, produtor de bens de consumo, crescer de tamanho. O setor de bens de consumo cresce se os trabalhadores começarem a consumir. Dois regimes de acumulação são possíveis: o regime de acumulação predominantemente extensiva

[9] O autor cita Joan Robinson, Nicholas Kaldor e Destanne de Bernis como exemplo de autores insatisfeitos com a teoria da época.

e o regime de acumulação predominantemente intensiva. No primeiro prevalece a extração de mais-valia absoluta, enquanto no segundo prevalece a extração de mais-valia relativa. Somente no segundo regime de acumulação a classe assalariada forma uma norma de consumo.

As origens do regime de acumulação intensiva remontam ao começo do século XX, quando ocorre a ampliação da produtividade do trabalho advinda da introdução de técnicas tayloristas e fordistas. Porém, a demanda era limitada pela pequena capacidade dos trabalhadores de consumir. Essa é uma das principais causas para a Crise de 1929. Para a superação da mesma foi necessário o estabelecimento de um sistema de barganha salarial coletiva. Mais recentemente, com a crise que se inicia no final da década de 1960, o processo é diferente: a dificuldade de manter os elevados ganhos de produtividade da era de ouro acabou por gerar a estagflação.

A disrupção do fordismo teve início com a ampliação da luta de classes na produção. Os trabalhadores começaram a questionar a fragmentação das tarefas e a intensificação do trabalho (AGLIETTA, 1979, p. 162). A crise, por outro lado, não se restringe às disputas diretamente envolvidas no processo de produção. Ela abarca o regime de acumulação intensiva. A desaceleração dos ganhos de produtividade oriunda da exaustão do sistema de linha de montagem fez com que os capitalistas atacassem diretamente tanto o salário real quanto os custos sociais, que explodiram a partir de meados da década de 1960. Os gastos sociais acelerados são decorrentes da própria generalização das práticas fordistas (AGLIETTA, 1979, p. 163-169).

Aglietta, procurando explicar a inflação crescente nos Estados Unidos, argumenta que o sistema monetário baseado no curso forçado é um imperativo do regime de acumulação intensiva (AGLIETTA, 1979, p. 342). Devido às instituições construídas para regular o regime de acumulação intensiva, ocorre a inflação rastejante (creeping inflation). Aglietta identifica diversas instituições necessárias para que ocorra a inflação rastejante. Em alguns momentos adota argumentos com elementos monetaristas: “O dinheiro que compra a produção do novo trabalho da sociedade é então perpetuamente maior que aquele integrado na formação da renda”[10] (AGLIETTA, 1979, p. 368)[11]. Mas, em outras passagens, observa que outros fatores, tais como o conflito distributivo, importam. Identifica também, apesar de não explicar de forma convincente, a necessidade da depreciação do capital como causa da inflação:

> Todas as formas estruturais são, então, envolvidas na perpetuação da inflação rastejante: a barganha coletiva que planeja o desenvolvimento do salário nominal de referência; a centralização do capital na indústria e na finança, permitindo a formação dos fundos de depreciação como a contrapartida de uma obsolescência programada; a articulação do crédito e do sistema monetário que autoriza a desmaterialização total do dinheiro dentro do território nacional (AGLIETTA, 1979, p. 370)[12].

---

[10] Com o intuito de melhorar a fluência do texto, as citações em língua estrangeira foram traduzidas livremente pelo autor. Sempre que este for o caso, a passagem original será colocada em uma nota de rodapé.

[11] “The money that buys the products of society's new labour is thus prepetually greater than that integrated in the formation of income” (AGLIETTA, 1979, p. 368).

[12] “All the structural forms are thus involved in creeping inflation as an ongoing process: collective bargaining which

É justamente a busca de causas para a persistência, mas não para a origem, da inflação, seja na França, seja nos Estados Unidos, que motiva outros trabalhos fundadores do regulacionismo. Os pesquisadores associados ao CEPREMAP e ao CORDES dedicam vários trabalhos ao tema da inflação, que reconhecem como um fenômeno importante na década de 1970 e quase inexistente até a década de 1960. Além disso, outras variáveis, como nível de emprego, nível de investimento e taxa de crescimento também apresentam comportamento diferente se compararmos a economia francesa e a economia mundial antes e depois da Segunda Guerra Mundial.

A hipótese básica adotada pelos autores para resolver o enigma da estagflação persistente, inexplicável de um ponto de vista neoclássico, era o de que ela resultava não de choques acidentais nos preços, mas das próprias características institucionais do sistema capitalista da época: "A hipótese de base da pesquisa é a de que essas mudanças não resultam de causas acidentais, mas refletem uma mudança fundamental, ainda que muito gradual, nas economias capitalistas. Esquematizando muito grosseiramente essa evolução, nós passamos de uma regulação concorrencial a uma regulação 'monopolista' (ou 'administrada')" (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978, p. 12)[13]. Por sua vez, uma regulação de conjunto monopolista é resultado de um regime de acumulação intensiva: "Demonstra-se então que a um regime de acumulação intensiva deve corresponder uma forma de regulação monopolista" (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978, p. 13)[14].

A regulação concorrencial se baseia numa relação salarial centrada nas forças de mercado. A concorrência entre os capitalistas se dá principalmente por meio dos preços e ocorre uma intervenção bastante modesta do Estado na economia. As principais ações econômicas do Estado se dão nos períodos de guerra. O padrão ouro restringe a expansão monetária. A flexibilidade de salários e preços favorecem o equilíbrio entre oferta e demanda. Já a regulação monopolista se baseia numa codificação coletiva do contrato de trabalho, que incorpora ganhos de produtividade ao salário real. Os preços passam a ser fixados pelas maiores empresas. As políticas estatais de gasto público e de salário indireto garantem o equilíbrio entre oferta e demanda. O papel de emprestador de última instância por parte dos Bancos Centrais favorece tanto a estabilização da demanda quanto a expansão monetária por parte dos bancos e ainda inviabiliza a existência de um padrão monetário metálico (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978, p. 14-15).

Devido à regulação monopolista, o nível de salário real pouco é afetado pelos aumentos

---

plans the development of the nominal reference wage; the centralization of capital in industry and finance, permitting the formation of depreciation allowances as the counterpart of an anticipated obsolescence; the articulation of the credit and monetary systems that authorizes a total dematerialization of money within the national territory" (AGLIETTA, 1979, p. 370).

13 "L'hypothèse de base de la recherche est que ces changements ne résultent pas de causes accidentelles mais reflètent un changement fondamental, bien que très progressif, dans la régulation des économies capitalistes. En schématisant très grossièrement cette évolution, on passerait d'une régulation concurrentielle à une régulation 'monopoliste' (ou 'administrée')" (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978, p. 12).

14 "On montre alors qu'à un 'régime d'accumulation intensive' doit correspondre une forme de 'régulation monopoliste' " (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978, p. 13).

de preços – os salários são indexados aos índices de preços – e mesmo pelo desemprego. Além disso, em diversos setores importantes, os salários são também indexados aos aumentos de produtividade. Como consequência macroeconômica, o nível de consumo é estável e também crescente (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978, p. 23). A expansão do crédito e os gastos governamentais foram outros fatores importantes para o período de mais de quinze anos de crescimento, inexistente no século XIX por não haver as instituições adequadas para tal.

As causas da persistência da inflação na década de 1970 não devem ser buscadas em eventos exógenos ao ambiente institucional, tais como as crises do petróleo, tampouco devem ser buscadas em características isoladas do sistema econômico, como por exemplo na ação sindical. A inflação deve ser entendida como resultado do próprio ambiente institucional, que leva em conta a formação salarial, as estruturas governamentais, as formas da concorrência e o padrão monetário (BENASSY, BOYER, LIPIETZ, 1978, p. 26).

Algumas breves observações podem ser tecidas acerca dessa primeira safra de trabalhos regulacionistas. Em primeiro lugar, há um determinismo econômico e tecnológico quando é dito que as mudanças no regime de acumulação causam alterações no modo de regulação. Assim, a relação salarial administrada e o padrão monetário fiduciário aparecem como resultado do imperativo da acumulação intensiva tanto para Aglietta (1979) quanto para Benassy, Boyer e Lipietz (1978). Em segundo lugar, nota-se uma ênfase – pouco importante em Aglietta (1979), mas evidente em Benassy, Boyer e Lipietz (1978) e também em Boyer e Mistral (1978) – na dicotomia, bastante marcante ao longo da história do marxismo e do institucionalismo, entre capitalismo concorrencial e monopolista. Porém, se o capitalismo monopolista era visto anteriormente apenas com relação às formas da concorrência e à ação do Estado, na teoria da regulação o conceito assume uma maior abrangência, se referindo à regulação de conjunto, que inclui também a relação salarial e o padrão monetário. Um último aspecto que chama a atenção nessa primeira fase das pesquisas regulacionistas é que o termo fordismo não era usado por todos os autores. Se o conceito era central para Aglietta (1979), era ausente em Benassy, Boyer e Lipietz (1978) e em Boyer e Mistral (1978).

Depois de percorrer os primeiros argumentos regulacionistas sobre as transformações de longo prazo do capitalismo, investigaremos a segunda corrente. Depois de aparecer pela primeira vez no artigo de Gordon de 1978, “Up and down the long roller coaster”, o conceito de estrutura social de acumulação foi desenvolvido no artigo “Stages of accumulation and long economic cycles”, do mesmo autor, apresentado em 1979 na conferência Political Economy of the World-System, ocorrida na State University of New York em Binghamton. No ano seguinte o artigo foi publicado numa coletânea organizada por Terence K. Hopkins e Immanuel Wallerstein.

Tal artigo teve como objetivo construir uma base teórica mais sólida para a compreensão das ondas longas do capitalismo, realizando uma leitura marxista das contribuições de

Kondratief e de Schumpeter a partir das teorias dos estágios do capitalismo elaboradas por Lênin, Mandel, Baran e Sweezy. Para tanto, Gordon (1980, p. 10), procurou responder às seguintes perguntas, que as teorias das ondas longas teriam dificuldade de responder: "Por que os ciclos longos devem ser recorrentes? Por que eles duram cerca de cinquenta anos? O que determina sua amplitude? Qual a conexão entre as fontes da estagnação e uma nova explosão da acumulação em sequência?"[15] O autor procura responder esses questionamentos partindo dos requisitos estruturais à acumulação de capital.

A acumulação de capital não é um processo totalmente redutível aos aspectos técnicos da produção. Ela "não ocorre num vácuo". O ambiente no qual ocorre a acumulação de capital inclui não só elementos econômicos, mas também fatores políticos e sociais, tais como as relações de trabalho e as ações do governo: "A acumulação de capital por meio da produção capitalista não pode ocorrer num vácuo ou no caos. Os capitalistas individuais não vão investir na produção se eles são incapazes de fazer cálculos razoavelmente determinados das taxas esperadas de retorno. Caso a possibilidade desse cálculos falhe, eles vão deixar seu dinheiro nas esferas comercial e financeira, ganhando a 'taxa financeira de retorno'" (GORDON, 1980, p. 11)[16].

Gordon (1980) elabora uma lista com instituições que devem ser estáveis para garantirem uma acumulação de capital por um período longo de tempo. As instituições são: estrutura corporativa, estrutura da competição, estrutura da luta de classes, estrutura do sistema monetário, estrutura do Estado, estrutura da oferta de bens primários, estrutura da oferta de bens intermediários, estrutura familiar, estrutura do mercado de trabalho, estrutura do gerenciamento do trabalho, estrutura da demanda de consumo final, estrutura financeira, estrutura administrativa das firmas. O conjunto dessas instituições forma uma estrutura social de acumulação.

Segundo a leitura de Gordon da teoria dos estágios do capitalismo, uma crise econômica aguda ou persistente tende a minar uma estrutura social de acumulação. Inversamente, o declínio de uma estrutura social de acumulação pode levar a uma recessão prolongada. A teoria, portanto, procura diferenciar as oscilações cíclicas normais do capitalismo das crises econômicas graves.

É importante destacar que, na concepção pioneira de Gordon (1980), as diferentes etapas da acumulação do capital são tanto um fenômeno qualitativo quanto um fenômeno quantitativo e periódico, já que o autor não descarta a existência dos ciclos de Kondratief. A explicação para os períodos de cerca de quarenta e seis anos que delimitariam cada onda longa do capitalismo se dá com base nos investimentos em infraestrutura (necessários para o estabelecimento

---

[15] "Why should long cycles recur? Why should they last roughly fifty years? What determine their amplitude? What is the connection between the sources of stagnation and a new burst of accumulation in the next?" (GORDON, 1980, p. 10).

[16] "The accumulation of capital through capitalist production cannot take place in a vacuum or in chaos. Individual capitalists will not invest in production if they are unable to make reasonably determinate calculations of their expected rates of return. Failing the possibility of such calculations, they will leave their money to the financial and commercial spheres, earning the 'financial rate of return'" (GORDON, 1980, p. 11).

de novas formas institucionais) concentrados justamente na fase inicial do ciclo e com períodos longos de maturação e de depreciação. Alguns exemplos desses investimentos estruturais de longo prazo são as ferrovias em meados do século XIX, a eletricidade e a infraestrutura urbana no começo do século XX, as autoestradas, aeroportos, sistemas de comunicação e complexo petroquímico depois da Segunda Guerra.

Depois dos trabalhos pioneiros de David Gordon, a abordagem em termos de estruturas sociais de acumulação se consolidou com o livro "Segmented work, divided workers", de David Gordon, Richard Edwards e Michael Reich, publicado em 1982. De acordo com os autores (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. ix), o livro surgiu a partir da preocupação em explicar a divisão econômica e política entre os trabalhadores dos Estados Unidos. Na verdade, como os próprios autores deixam claro, tal preocupação é recorrente entre os economistas radicais americanos pelo menos desde o início da década de 1970.

Doeringer e Piore (1971) e os próprios Reich, Gordon e Edwards (1973) estabeleceram a hipótese do mercado de trabalho dual. Nos anos seguintes, os mesmos Edwards, Reich e Gordon (1975) continuaram estudando a segmentação do mercado de trabalho. O livro de Gordon, Edwards e Reich (1982, p. ix-xi) procura superar algumas críticas dirigidas à visão da dualidade e da segmentação do mercado de trabalho. Tais críticas notaram tanto a falta de uma análise histórica detalhada quanto a falta de profundidade teórica nas discussões sobre as características empíricas e institucionais do mercado de trabalho estadunidense.

A literatura sobre sociologia do trabalho nos Estados Unidos levantou diversas hipóteses para procurar explicar a pouca radicalização das demandas dos trabalhadores no país. Dentre os fatores que podem explicar o fenômeno, destacam-se o nível de prosperidade econômica, a precoce conquista do sufrágio masculino, a subordinação do movimento trabalhista ao Partido Democrata, a estrutura política bipartidária, o poder da mídia, além de fatores raciais, religiosos e étnicos (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 4-5). A abordagem desenvolvida no livro "Segmented work, divided workers" reconhece a pertinência de vários desses argumentos, embora não os considere totalmente satisfatórios. Os autores procuram por um fator mais estrutural, capaz de explicar porque as diferenças culturais não foram sendo diluídas com o tempo. E encontram esse fator na divisão dos trabalhadores no processo de trabalho.

Ao longo do livro, Gordon, Edwards e Reich (1982, p. 8) procuram analisar a história da classe trabalhadora americana tendo por base a interação entre: 1) as ondas longas da atividade econômica; 2) as estruturas sociais de acumulação; 3) a organização do processo de trabalho e a estrutura do mercado de trabalho. E assim definem uma estrutura social de acumulação:

> Nós entendemos por estrutura social de acumulação um ambiente institucional específico no qual o processo de acumulação capitalista é organizado. Tal acumulação ocorre em estruturas históricas concretas: nas firmas comprando insumos em um conjunto de mercados, produzindo

> bens e serviços e vendendo tais produtos em outros mercados. Essas estruturas são cercadas por outras, que incidem sobre o processo de acumulação capitalista: o sistema monetário e de crédito, o padrão de intervenção estatal na economia, o caráter da luta de classes e assim por diante. Nós chamamos esse conjunto coletivo de instituições uma estrutura social de acumulação. Nosso foco nas ondas longas deriva, em parte, da hipótese de que cada onda longa do capitalismo é associada com uma estrutura social de acumulação distinta (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 9-10)[17].

Gordon, Edwards e Reich (1982, p. 10-11) constroem uma hipótese para o ciclo de vida da estrutura que modela o processo de trabalho e o mercado de trabalho. Cada estrutura social de acumulação passa por períodos de exploração, consolidação e de decadência. Na primeira fase, que começa na etapa anterior de estagnação, os capitalistas experimentam novos métodos de gerência do trabalho com o objetivo de superar problemas presentes na estrutura institucional anterior. Na fase de consolidação, por seu turno, ocorre rápida acumulação de capital e taxas de lucro relativamente altas. Por fim, ocorre a decadência, etapa marcada pela estagnação e pelas lutas dos trabalhadores, que minam as estruturas existentes no processo de trabalho e no mercado de trabalho. Esse último período leva a busca por inovações que delinearão a nova etapa do capitalismo.

Os autores identificam três grandes períodos da história do trabalho nos Estados Unidos. Tais períodos são associados às três estruturas sociais de acumulação. O período de proletarização inicial, que vai da década de 1820 à década de 1870, marca a fundação do mercado de trabalho. Os salários ainda não são determinados concorrencialmente. Os trabalhadores possuem o controle sobre o processo de trabalho e os empregados mais experientes ensinam as tarefas aos mais novos. Na etapa da homogeneização, que durou da década de 1870 até o início da Segunda Guerra Mundial, o trabalho foi sendo reduzido a operações que exigiam pouca qualificação. O processo de trabalho não mais era controlado pelos empregados, mas sim pelos gerentes e pelos empregadores. Generalizou-se o uso de máquinas e o mercado de trabalho tornou-se mais competitivo. Por fim, no período da segmentação, que vai da década de 1920 até pelo menos a publicação do livro, o processo de trabalho foi sendo segmentado. Como consequência, gerou-se uma hierarquia entre os funcionários. O movimento trabalhista não conseguiu se organizar. As habilidades necessárias para o trabalho foram sendo crescentemente ensinadas pelo sistema educacional (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 3).

Para explicar as grandes mudanças da economia capitalista, especialmente nos Estados Unidos, nas décadas de 1930 e 1940, os autores reconhecem em primeiro lugar a importância da Grande Depressão, considerada uma crise da estrutura social de acumulação porque foi necessária

---

[17] "By social structure of accumulation we mean the specific institutional environment within which the capitalist accumulation process is organized. Such accumulation occurs within concrete historical structures: in firms buying inputs in one set of markets, producing goods and services, and selling those outputs in other markets. These structures are surrounded by others that impinge upon the capitalist accumulation process: the monetary and credit system, the pattern of state involvement in the economy, the character of class conflict, and so forth. We call this collective set of institutions the social structure of accumulation. Our focus on long swings derives in part from a hypothesis that each long swing in capitalist economies is associated with a distinct social structure of accumulation" (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 9-10).

grande intervenção política, baseada numa lenta dinâmica das lutas de classes sociais, para sua superação. Reconhecem em segundo lugar, a Segunda Guerra Mundial, que concluiu a recuperação econômica americana. Em terceiro lugar, o estabelecimento do sistema de Bretton Woods sob a liderança do país possibilitou a expansão do comércio internacional e das firmas multinacionais, mesmo para regiões subdesenvolvidas. Finalmente, a luta de classes foi estabilizada em um sistema de negociações coletivas (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 166-168).

O período de crise teve suas raízes nos anos 1960, quando cresceram muito os salários reais, a seguridade social e melhoraram as condições de trabalho. Como resposta, as firmas começaram a se mudar para as regiões menos industrializadas dos Estados Unidos. Cresceu a hostilidade contra os sindicatos e também contra as legislações trabalhista e de seguridade social. Por parte dos trabalhadores, cresceu a insatisfação, com greves e absenteísmo. Diminuiu o ritmo de crescimento da produtividade. Outras estratégias adotadas pelos empresários incluem a adoção de novas tecnologias, formas mais "participativas" de trabalho e a introdução de técnicas japonesas de administração. A segmentação do mercado de trabalho não se reduziu. As características que prevalecerão nas décadas seguintes à obra dependerão da força relativa de trabalhadores e dos capitalistas (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 215-227).

O governo Reagan parece propor a construção de uma nova estrutura social de acumulação, com uma coalizão política que combate os direitos dos trabalhadores e dos cidadãos, reduzindo os gastos sociais e ampliando os de defesa. Se tal proposta predominará, dependerá das lutas políticas (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982, p. 240-243). Como veremos a seguir, a agenda de pesquisa e a agenda normativa dos autores da EESA gravitarão em torno da compreensão e do combate às ideias e práticas da economia neoconservadora americana, que viria a ser conhecida na época como "Reaganomics".

Como vimos, a pesquisa em termos de estruturas sociais de acumulação se insere em um movimento mais amplo de reformulação do pensamento econômico nos EUA, a economia política radical. Em um primeiro momento (GORDON, 1978, 1980) o arcabouço teórico das estruturas sociais de acumulação foi utilizado para explicar as ondas longas do capitalismo, seguindo uma tradição de pensadores marxistas e schumpeterianos. Já em um segundo momento (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982), o conceito serviu de pano de fundo para a compreensão das transformações de longo prazo do processo de trabalho predominante nos EUA, também seguindo a tradição radical americana. Nesse segundo momento não mais havia a preocupação em explicar a suposta periodicidade das ondas longas.

Se compararmos os trabalhos de primeira geração dos autores franceses e dos americanos, notaremos que os franceses incorrem no determinismo tecnológico e são mais preocupados com o fenômeno da inflação. Já os americanos se inserem nas tradições das pesquisas

de ciclos de Kondratief e sobre o mundo do trabalho. Sobres este último tema, presente em Aglietta (1979) e também em Gordon, Edwards e Reich (1982), enquanto o primeiro autor fundamenta sua análise na introdução do fordismo, considerado como um sistema que rompe com os anteriores, os últimos autores consideram o fordismo como a culminação de uma série de transformações tecnológicas e organizacionais que ocorriam desde a época da Guerra Civil. Gordon, Edwards e Reich são mais preocupados em fazer uma análise histórica das transformações do mundo do trabalho, levando em conta uma grande variedade de dados estatísticos e de fontes históricas primárias e secundárias, enquanto Aglietta possui menor cuidado histórico e maior ênfase teórica.

4- PANORAMA DOS DESENVOLVIMENTOS DOS ANOS 1980 E 1990

Depois dos trabalhos iniciais, explorados na seção anterior, as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas por novas linhas de pesquisa e também por alguns autores adotando outras abordagens que não as da TR e da EESA. Aglietta, por exemplo, afastou-se das ideias regulacionistas e voltou sua análise a uma relação social específica, a relação monetária, escrevendo diversos livros sobre a moeda, sobre a mundialização financeira e sobre as crises financeiras[18]. Robert Boyer tornou-se o mais destacado desenvolvedor da TR. Escreveu uma obra que se tornou o primeiro "manual" do tema, "Teoria da regulação: uma análise crítica", cuja edição em francês data de 1986. Posteriormente, contribuiu na organização de uma obra coletiva que abarca os principais temas da escola de pensamento, publicada pela primeira vez em 1995 e com segunda edição em 2002, "Théorie de la régulation: l'état des savoirs". Além disso, o autor se voltou ao estudo das possíveis saídas para a crise do fordismo e a introdução de um pós-fordismo.

Alain Lipietz foi outro autor que se debruçou sobre as possibilidades de superação do fordismo. Além disso, foi pioneiro na aplicação do método regulacionista a outros países que não apenas a França e os Estados Unidos, pois publicou um livro dedicado ao estudo das diferentes formas de relação entre centro e periferia ao longo da história do capitalismo. A partir da década de 1990, no entanto, destacou-se mais pelo seu envolvimento político, como uma importante liderança do Partido Verde, na França, do que pelo desenvolvimento da TR.

No que se refere aos autores americanos, ao longo da década de 1980, Bowles, Gordon e Weisskopf escreveram dois livros de maior importância – "Beyond the wasteland" e "After the wasteland" – sobre as mudanças de longo prazo da economia dos EUA e sobre a economia neoconservadora de Reagan. Posteriormente, Samuel Bowles afastou-se do projeto de pesquisa dos anos 1980 e passou a se dedicar à construção de uma microeconomia heterodoxa e evolucionária. Outro autor que se afastou das pesquisas da EESA foi Thomas Weisskopf, que pesquisou temas

[18] Veja, por exemplo, os livros de Aglietta (1990, 2004) publicados em português.

ligados ao socialismo, à desigualdade e às ações afirmativas.

Infelizmente David Gordon faleceu em 1996, mas antes disso escreveu algumas obras que contribuíram com a EESA. Apesar de alguns autores importantes não terem dado prosseguimento às pesquisas em termos de estruturas sociais de acumulação, a EESA foi desenvolvida marcadamente por outros autores, dentre os quais destacam-se David Kotz, Terrence McDonough e Michael Reich, organizadores de dois livros essenciais sobre o tema, "Social structures of accumulation: the political economy of growth and crisis", publicado em 1994 e "Contemporary captalism and its crises: social structure of accumulation theory for the 21st century", publicado em 2010. Dos três últimos autores citados, Michael Reich é o que tem participação mais antiga na corrente, tendo sido coautor do livro clássico de 1982 "Segmented work, divided workers", acompanhado de David Gordon e Richard Edwards.

Com o objetivo de ter uma visão panorâmica sobre os desenvolvimentos das duas correntes nas décadas de 1980 e 1990, algumas obras serão analisadas. Vamos começar com o livro "Miragens e milagres", de Alain Lipietz, publicado na França em 1985 e no Brasil em 1988. É uma obra dedicada à análise das questões relativas à industrialização do Terceiro Mundo. O autor critica as teorias rostowianas, etapistas, do desenvolvimento econômico. Também critica a teoria do imperialismo e a teoria da dependência, que seriam incapazes de explicar as diferentes configurações internacionais do capitalismo ao longo da história: "Apesar das vantagens inegáveis da aproximação em termos de imperialismo e de dependência, tudo parece ter acontecido como se, a exemplo da aproximação liberal adversa (a das 'idades do desenvolvimento'), sua análise tivesse parado no fim dos anos sessenta numa dogmática a-histórica" (LIPIETZ, 1988, p. 19).

O autor também critica concepções reducionistas da divisão internacional do trabalho, que a interpretam apenas como o resultado consciente da ação seja de empresas multinacionais seja da Comissão Trilateral: "A própria noção de divisão internacional do trabalho (isso sem falar de ordem econômica internacional!) não sugeriria a ação de um Grande Engenheiro Empreendedor Supremo, que organiza o trabalho mundial de acordo com algum plano preconcebido?" (LIPIETZ, 1988, p. 20). O autor quer evitar a dedução de "leis imanentes" a partir de um "conceito universal".

Lipietz, contrariamente aos trabalhos regulacionistas da primeira geração, vai procurar se resguardar do determinismo ao afirmar que tanto o modo de regulação quanto o regime de acumulação são achados históricos que dependem da própria ação conflituosa dos homens (LIPIETZ, 1988, p. 31). As instituições de um determinado modo de regulação não são construídas para estabilizar um regime de acumulação. Tal estabilização é acidental. Exemplificando tal raciocínio, pode-se dizer que o Estado de Bem-Estar Social não foi criado para estabilizar o fordismo. Tampouco as regiões periféricas do sistema capitalista existem apenas para fornecer matérias-primas e mercado consumidor aos países do centro. Deve-se evitar o que Lipietz (1988, p.

31-33) chama de intencionalismo e de funcionalismo. A divisão internacional do trabalho não é resultado do planejamento intencional de uns poucos atores econômicos.

Nesta obra também aparece uma descrição mais acabada da crise do fordismo. A crise começa com uma desaceleração geral dos ganhos de produtividade. Em seguida ocorre uma compressão dos lucros (profit squeeze) decorrente dos aumentos salariais. Ocorre, na sequência, maior inflação e menor investimento, que amplia o desemprego. Por sua vez, os gastos sociais do Estado crescem e evitam uma recessão maior, mas não a estagnação inflacionária. Já antes disso, os Estados Unidos estavam menos competitivos em vários setores em relação à Europa e ao Japão. Os deficits comerciais americanos fizeram com que o dólar perdesse sua posição privilegiada. Além disso, os EUA perderam força militar no Vietnã e no Oriente Médio (LIPIETZ, 1988, p. 56-61).

Para evitar um nivelamento por baixo do padrão de vida dos trabalhadores de vários países e superar as contradições do fordismo periférico, Lipietz (1988, p. 211-216) propõe que não se aceite o livre comércio com países que superexploram a força de trabalho. Por outro lado, reconhece que, do ponto de vista dos trabalhadores superexplorados, é melhor ter um trabalho ruim do que não ter nenhum. O autor sugere, então, um “keynesianismo mundial”, com uma espécie de Plano Marshall para o Terceiro Mundo, financiando a construção de mercados internos na periferia. Se por um lado, as economias periféricas não podem perder sua autonomia decisória, por outro lado, não podem simplesmente reproduzir o fordismo, em crise nos países centrais.

O autor combate o uso indiscriminado de conceitos como dependência e imperialismo, por serem a-históricos, mas acaba também adotando conceitos a-históricos, quando generaliza as experiências do fordismo e do taylorismo. Se por um lado, o autor não considera o fordismo como uma construção idiossincrática de alguns países centrais, por outro lado, os regimes de crescimento típicos dos países do Terceiro Mundo são analisados como anomalias, como não-fordismos, o que fica claro com os termos “taylorismo primitivo” e “fordismo periférico”. Lipietz apresenta uma boa sugestão de como compreender as realidades nacionais, mas o uso excessivo das comparações com o “tipo ideal” do fordismo o impede de realizar seu projeto: “Desconfiemos dos rótulos, desconfiemos da 'divisão internacional do trabalho', e tentemos ver como 'funciona' cada país, o que produz, para quem, como, quais são suas formas de relação salarial, quais regimes de acumulação sucessivos se desenvolveram e por quais razões (...)” (LIPIETZ, 1988, p. 42).

Outra obra que marca a TR nos anos 1980 é o livro de Boyer, “Teoria da regulação: uma análise crítica”, publicado originalmente em 1986. A edição brasileira é de 1990. O autor argumenta que a TR parte da concepção marxista do modo de produção e estabelece uma mediação para a compreensão do funcionamento concreto do sistema capitalista em determinado país e em determinado momento. Assim como nas diferentes versões do marxismo, as relações sociais são importantes. Porém, diferentemente do marxismo determinista, o comportamento individual e

coletivo é explicado sem recorrer a uma determinação unidirecional da estrutura para o indivíduo: "Historicamente, as pesquisas sobre a regulação partem de uma concepção holística dos vínculos sociais, sem, entretanto, deixar de negar a necessidade de explicitar as mediações que determinam os comportamentos coletivos e individuais (BOYER, 1990, p. 68).

As relações sociais fundamentais do capitalismo aparecem, ao longo da história, em diferentes formas, chamadas pelos regulacionistas, de formas institucionais. As três relações sociais mais importantes do capitalismo são a relação salarial, a moeda e a concorrência. E elas codificam as três formas institucionais principais, a forma da restrição monetária, a configuração da relação salarial e a forma da concorrência (BOYER, 1990, p. 73-79). Porém, tais formas institucionais não resultam da simples lógica da economia capitalista, mas dependem também da relação entre atores sociais e políticos, além do próprio ambiente mundial no qual determinada economia está inserida. Por isso, diferentemente da análise mais abstrata de Marx em "O Capital", os regulacionistas consideram outras duas formas institucionais, o tipo de inserção internacional e a forma do Estado:

> A definição destas três formas institucionais leva-nos, obrigatoriamente, a refletir sobre o espaço em que elas operam: essencialmente o espaço do Estado-Nação. De um lado, a moeda nacional organiza um desnivelamento entre circulação interna e externa (…) De outro lado, a forma da relação salarial resulta de compromissos, de fato ou institucionalizados, realizados no interior de alianças de classes ligadas à história nacional de cada país. Finalmente, as formas do Estado originam-se, historicamente, num espaço social bem delimitado, definido pela gestão da moeda e pelos componentes mais importantes da relação salarial (BOYER, 1990, p. 76).

São justamente essas cinco formas institucionais que delimitam o conceito de modo de regulação, que se refere ao funcionamento conjunto do sistema econômico em determinado tempo e espaço. Nesse sentido, ele visa substituir o arcabouço abstrato e restrito do equilíbrio geral como conceito necessário para a compreensão do ordenamento do sistema capitalista. Além disso, não se restringe à lógica econômica, sendo também permeado por elementos jurídicos, políticos etc (BOYER, 1990, p. 80).

O projeto de pesquisa regulacionista é delimitado pela explicação da origem e da crise dos diferentes modos de desenvolvimento do capitalismo. Esse conceito abarca um modo de regulação e um regime de acumulação, definido abstratamente como "*conjunto das regularidades que asseguram uma progressão geral e relativamente coerente da acumulação do capital,* ou seja, que *permitam absorver ou repartir no tempo as distorções e desequilíbrios que surgem permanentemente ao longo do próprio processo*" (BOYER, 1990, p. 71-72 – itálicos no original).

Em um capítulo da já citada importante coletânea regulacionista, Boyer e Juillard (2002, p. 369-370) advogam que o fordismo não foi o único regime de acumulação que existiu na história do capitalismo e advogam que as obras regulacionistas não devam ficar procurando variantes do fordismo. Diversas exceções às formas institucionais fordistas existiram ao longo do pós-guerra. Por exemplo, no Brasil e no México os salários não acompanhavam os ganhos de produtividade, dando origem a um regime de crescimento puxado pelos lucros. Em outros casos, o crescimento era

puxado pelo mercado externo (BOYER, JUILLARD, 2002, p. 372).

No caso da França, por exemplo, predominara o fordismo, mas ainda não estava estabelecido um modo de desenvolvimento que o substituísse (CORIAT, 2002). Já no caso dos Estados Unidos ocorre, depois dos anos 1970, um regime de acumulação extensiva com consumo de massa fracionado (BOYER, JUILLARD, 2002, p. 382-384). Desde 1971 a produtividade não cresce rápido. Associado a isso, aumentou a desigualdade salarial: os mais pobres tem salários estagnados e os mais ricos tem rendimentos crescentes. Ainda segundo Boyer e Juillard (2002, p. 383-384), aumentou o número de horas trabalhadas no país e cresceu a sofisticação do mercado financeiro, cada vez mais globalizado.

Se na década de 1980 e início dos anos 1990, alguns autores procuraram compreender diferentes formas de fordismo e de taylorismo (LIPIETZ, 1988, 1991), nos anos seguintes ocorre a publicação de diferentes estudos de caso, que relativizam a importância do conceito de fordismo para a compreensão de outras regiões que não sejam os EUA e parte da Europa Ocidental. Estudos sobre a França (CORIAT, 2002), sobre o Japão (CORIAT, 1994, BOYER, SOUYRI, 2001), sobre a América Latina (ABOITES, MIOTTI, QUENAN, 2002), dentre outros, procuram mostrar as particularidades de cada padrão de organização do trabalho e também de cada modo de desenvolvimento. Nem mesmo na indústria automobilística pode-se dizer que houve o predomínio do modelo fordista a partir da década de 1930 e do modelo japonês a partir da década de 1970. Na verdade, existiram diversos modelos produtivos, com diferentes estratégias de busca de produtividade e lucratividade (BOYER, FREYSSENET, 2000). Além disso, os trabalhos das décadas de 1980 e 1990 também são marcados pela tentativa de eliminação do determinismo dos anos 1970 (LIPIETZ, 1988) e pela busca de maior rigor conceitual e analítico (BOYER, 1990, BOYER, SAILLARD, 2002). Diversas obras são dedicadas ao estudo dos novos padrões de crescimento sendo implantados (CORIAT, 2002, LIPIETZ, 2001, BOYER, JUILLARD, 2002)[19]. Não havia consenso dentre os autores acerca da existência de um modelo produtivo já estabelecido nos países centrais após a crise do fordismo.

Analisaremos agora a segunda corrente teórica estudada, a escola da estrutura social de acumulação, nas décadas de 1980 e 1990. Um livro importante para a consolidação da abordagem é “Beyond the waste land”, de Bowles, Gordon e Weisskopf, publicado em 1984. Nesse livro os autores não utilizam o termo estrutura social de acumulação, embora utilizem o termo estrutura corporativa do pós-guerra, que tem significado análogo. No livro seguinte, que atualiza o de 1984, “After the waste land”, escrito pelos mesmos autores e publicado em 1990, é utilizado o termo

[19] Lipietz (2001) observa, no final do século XX, a disputa entre dois modos de regulação pela predominância nas principais economias do mundo, Europa Ocidental, EUA e Japão. Esses dois modos de regulação são o liberal produtivista, neo-taylorista ou flexível, adotado pelos Estados Unidos e pela Inglaterra e o modelo de envolvimento negociado, adotado na Alemanha, no Japão e nos países escandinavos.

estrutura social de acumulação diversas vezes. O segundo livro é uma atualização do anterior, tendo cerca de metade de seu conteúdo idêntico ao do primeiro livro.

Devido a esse conteúdo comum, o objetivo de ambos os livros é o mesmo: denunciar as políticas do reaganomics e propor uma alternativa, já que, segundo os autores, a oposição Democrata não possuía um projeto econômico alternativo. De acordo com o senso comum conservador denunciado no primeiro livro, haveria pouco incentivo aos capitalistas dos Estados Unidos, que baixaram o nível de investimento. Ou seja, haveria, "escassez de capital" (capital-shortage). E a solução conservadora para o problema seria simples: "A solução é clara: colocar mais dinheiro nas mãos dos ricos de modo que eles possam investir e expandir a capacidade produtiva da nação" (BOWLES, GORDON, WEISSKOPF, 1984, p. 3)[20].

Os autores criticam tal concepção de que a economia funciona como um jogo de soma zero, no qual deve-se reduzir o consumo e os gastos governamentais para que o nível de investimento cresça. Bowles, Gordon e Weisskopf argumentam que o nível de produção do país poderia ser maior se houvesse menos desperdício de trabalho, de capital, de energia e de recursos naturais. Esses são os custos do capitalismo corporativo estadunidense.

No terceiro capítulo do livro de Bowles, Gordon e Weisskopf (1984), são desfeitos diversos mitos acerca da origem dos problemas econômicos dos Estados Unidos da década de 1970. Com base em diversas séries estatísticas, os autores refutam que a crise se deva ao aumento do preço do petróleo realizado pela OPEP, ao aumento da tributação e dos gastos do governo, à regulamentação de alguns setores da economia, ao nível salarial, aos direitos trabalhistas, aos lucros excessivos, aos monopólios e à escassez de capital.

Um ponto central do argumento dos dois livros é a narrativa sobre a construção e decadência da estrutura social de acumulação do pós-guerra, também chamada de sistema corporativo do pós-guerra, uma estrutura institucional construída nos Estados Unidos nas décadas de 1930 e de 1940 e que forneceu as bases para o rápido crescimento das décadas de 1950 e 1960. São três as principais dimensões do sistema corporativo: a pax americana, o acordo capital-trabalho e o acordo capitalistas-cidadãos (BOWLES, GORDON, WEISSKOPF, 1984, 1990).

A partir de meados dos anos 1960, o sistema corporativo do pós-guerra entra em crise. No plano internacional, as empresas europeias e japonesas tornam-se competitivas, erodindo o superavit comercial americano. Além disso, os Estados Unidos são derrotados no Vietnã e a OPEP aumenta o preço do petróleo. No que se refere ao acordo capital-trabalho, era baseado em acordos formais e informais entre as grandes empresas e o trabalho organizado, que garantiam o crescimento do salário real para uma parcela dos trabalhadores (predominantemente homens brancos). Desde o final da década de 1950, cresceu a insatisfação dos excluídos desse sistema

[20] "The solution is clear: put more money in the hands of the rich so that they can invest and expand the productive capacity of the nation" (BOWLES, GORDON, WEISSKOPF, 1984, p. 3).

salarial, erodindo tanto o acordo capital-trabalho quanto o acordo entre capitalistas e cidadãos. O governo adotou uma série de medidas favoráveis aos descontentes, como os programas Medicare e Medicaid e a legislação do Great Society. Ocorreu uma elevação salarial que, associada ao aumento dos impostos e à regulamentação trabalhista, contribuiu para a queda da produtividade e da lucratividade das empresas americanas (BOWLES, GORDON, WEISSKOPF, 1984, p. 79-97; 1990, p. 63-79). É de se estranhar, no entanto, que os autores não compreenderam que as políticas econômicas neoconservadoras de Reagan poderiam ser uma alternativa viável a médio e longo prazos, garantindo a estabilidade do nível de preços e uma taxa de crescimento pequena, mas positiva. Adicionalmente, a resposta neoconservadora garantiu taxas de lucro superiores nas décadas seguintes, acomodando os capitalistas descontentes.

Na década de 1990 continua a busca pelos autores da EESA por explicações para o momento pelo qual passava a economia mundial. Questionando se os Estados Unidos possuíam uma nova estrutura social de acumulação, David Gordon reconhece que não é fácil distinguir o período de decadência de uma ordem do começo de outra. O autor argumenta que as mudanças do capitalismo na época eram mais consequência do desmantelamento da estrutura social de acumulação das décadas de 1950 e 1960 do que de mudanças profundas diagnosticadas por vários autores de esquerda. Assim, a nova divisão internacional do trabalho e a globalização da produção não podem ser vistas como transformações permanentes do sistema econômico das próximas décadas: "Essas mudanças são melhor compreendidas não como sintomas da transformação institucional, mas antes como uma consequência da erosão da estrutura social de acumulação que condicionava a prosperidade capitalista nas décadas de 1950 e 1960" (GORDON, 1994, p. 292)[21].

O mesmo pensamento é compartilhado por Kotz, McDonough e Reich no posfácio ao seu livro de 1994. Os autores reconhecem que a maior parte dos seguidores da abordagem em termos de estruturas sociais de acumulação encara o capitalismo da década de 1980 e 1990 como uma continuação da crise dos anos 1970. A superação de tal crise só seria possível com a criação de uma nova estrutura social de acumulação, que se mostrasse viável. Para isso, deveriam ser construídas novas instituições, seja a nível nacional, seja no plano internacional (KOTZ, MCDONOUGH, REICH, 1994b, p. 307-308).

Os autores vislumbram, ainda, dois possíveis cenários de reconstrução institucional no plano internacional. O primeiro é um cenário no qual prevalece o livre mercado, com livre comércio, câmbio flutuante e livre mobilidade de capitais. Segundo Kotz, McDonough e Reich (1994b, p. 310-312), tal sistema não foi implantado. O livre comércio mostra-se inviável na prática, por ferir diversos interesses poderosos e devido ao fato de os países procurarem se proteger das

[21] "These changes are best understood not as a symptom of structural transformation but rather as a consequence of the erosion of the social structure of accumulation which conditioned international capitalist prosperity during the 1950s and 1960s" (GORDON, 1994, p. 292).

flutuações cambiais. Há ainda uma outra questão, colocada em um plano mais geral do funcionamento do capitalismo: as instituições do livre mercado não garantem a previsibilidade e a estabilidade necessárias para servirem de base a um longo período de rápido crescimento, uma estrutura social de acumulação (KOTZ, MCDONOUGH, REICH, 1994b, p. 312).

Por outro lado, os autores acreditavam que os blocos internacionais poderiam fornecer uma maior estabilidade, capaz de garantir o funcionamento de uma nova estrutura social de acumulação. Observam os exemplos da Comunidade Europeia, do NAFTA e de novas integrações entre o Japão e seus vizinhos. Os blocos, ainda segundo Kotz, McDonough e Reich (1994b, p. 312), estabeleceriam uma política monetária comum, um Banco Central comum e uma moeda única, além de garantir a liberdade comercial e de investimento. Além disso, favoreceriam a manutenção do Estado de Bem-Estar da Europa. Contrariamente a essas previsões, apenas a Europa conseguiu um elevado padrão de integração econômica, mas ironicamente isso se deu às custas de maior instabilidade econômica, menores taxas de crescimento e redução do Estado de Bem-Estar Social.

Enquanto na década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980 a abordagem em termos de estruturas sociais de acumulação foi utilizada como pano de fundo para a compreensão das ondas longas do capitalismo (GORDON, 1980) e também da história da classe trabalhadora americana (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982), no restante da década de 1980 o arcabouço teórico foi utilizado para o entendimento da conjuntura americana da década de 1980. O reaganomics aparece como uma resposta pouco eficaz para os problemas de longo prazo do capitalismo americano. São propostas medidas para ampliar a competitividade e a produção do país com a redução do desperdício (BOWLES, GORDON, WEISSKOPF, 1984; 1990). Nos anos 1990 a teoria foi utilizada para a compreensão do baixo crescimento do período, caracterizado como sem uma estrutura social de acumulação estabelecida (GORDON, 1994, KOTZ, MCDONOUGH, REICH, 1994b). Também surgiram os primeiros estudos de casos de outros países com base nas estruturas sociais de acumulação (MELENDEZ, 1994, para Porto Rico, NATTRASS, 1994, para a África do Sul e TSURU, 1994, para o Japão).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De um modo geral, as diferentes escolas de pensamento econômico (seja a fisiocracia, a economia política clássica, a escola de Chicago, o institucionalismo americano ou qualquer outra corrente) não são homogêneas e isentas de contradições entre os desenvolvimentos realizados pelos próprios autores. A TR e a EESA não escaparam dessa regra. Os trabalhos desenvolvidos pelas duas escolas de pensamento possuem diferentes métodos, diferentes ênfases e conclusões.

Os trabalhos fundadores da TR procuram explicar a persistência da estagflação da

década de 1970. Mas, enquanto Aglietta (1979) foca o tema do fordismo, Benassy, Boyer e Lipietz (1978), assim como Boyer e Mistral (1978), enfatizam a regulação monopolista. O determinismo tecnológico é presente nessa fase dos trabalhos. Já nas décadas de 1980 e 1990, enquanto alguns autores procuraram compreender diferentes formas de fordismo e de taylorismo, outros autores relativizam a importância do conceito de fordismo para outras regiões que não sejam os EUA e parte da Europa Ocidental. Vários estudos se dedicam a analisar possíveis substitutos do fordismo nesses países.

Já a pesquisa em termos de estruturas sociais de acumulação surgiu para explicar as ondas longas do capitalismo (GORDON, 1978, 1980). Em um segundo momento (GORDON, EDWARDS, REICH, 1982), o conceito serviu de pano de fundo para a compreensão das transformações de longo prazo do mundo do trabalho nos EUA. Nesse segundo momento não mais havia a preocupação em explicar a suposta periodicidade das ondas longas. No restante da década de 1980 o arcabouço teórico foi utilizado para o entendimento da conjuntura americana (BOWLES, GORDON, WEISSKOPF, 1984; 1990). Nos anos 1990 a teoria foi utilizada para a compreensão do baixo crescimento da época, caracterizada como um período sem uma estrutura social de acumulação estabelecida (GORDON, 1994, KOTZ, MCDONOUGH, REICH, 1994b).

Comparando brevemente os desenvolvimentos das duas correntes, observamos que tanto a TR quanto a EESA tiveram, nas suas origens, uma preocupação em propor teorias alternativas à ortodoxia e ao marxismo convencional. As duas correntes tiveram, na sua origem, uma grande preocupação com a compreensão do mundo do trabalho. Porém, enquanto a escola francesa permanece com uma grande ênfase no mundo do trabalho para o entendimento dos diferentes modos de desenvolvimento, a escola americana não parte desse nível de análise em busca de uma compreensão da estrutura institucional. Um ponto comum importante das duas correntes é a análise do capitalismo das décadas de 1980 e 1990 como períodos de crise e de adoção de estratégias para a superação da crise. Na continuação do presente artigo esse e outros pontos serão criticados, será feita uma análise de alguns desenvolvimentos mais recentes das duas escolas e serão propostas reinterpretações conceituais com base nos trabalhos recentes de Kotz e no trabalho clássico de Veblen.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOITES, J; MIOTTI, L; QUENAN, C. Les approches régulationnistes et l'accumulation en Amérique latine. Em: BOYER, R; SAILLARD, Y. **Théorie de la régulation:** l'état des savoirs. Paris, La Découverte, 2002.

AGLIETTA, M. **A theory of capitalist regulation:** the US experience. Nova Iorque, Verso, 2000 (1979).

AGLIETTA, Michel; ÓRLEAN, A. **A violência da moeda.** São Paulo, Brasiliense, 1990.

AGLIETTA, Michel. **Macroeconomia financeira**. São Paulo, Loyola, vol 1 e 2, 2004.

BARAN, P; SWEEZY, P. **Monopoly capital.** Nova Iorque, Monthly Review Press, 1966.

BENASSY, J; BOYER, R; LIPIETZ, A. Approches de l'inflation: l'exemple français. **Recherches Économiques et Sociales**, n. 12, La Documentation Française, 1978.

BOWLES, S. **Hardly a surprise.** Disponível em: www.thecrison.com. Acesso em 20/4/2012, 1973.

BOWLES, S; EDWARDS, R (Eds.). **Radical Political Economy.** Aldershot, Edward Elgar, 1990.

BOWLES, S; GORDON, D; WEISSKOPF, T. **Beyond the waste land:** a democratic alternative to Economic Decline. Nova Iorque, Doubleday, 1984.

BOWLES, S; GORDON, D; WEISSKOPF, T. **After the waste land:** a democratic economics for the year 2000. Armonk, M. E. Sharpe Inc., 1990.

BOYER, R. **A teoria da regulação**: uma análise crítica. São Paulo, Nobel, 1990.

BOYER, R. **Théorie de la régulation**, vol 1. Les fondamentaux, Paris, La découverte, collection Repères 2004.

BOYER, R; FREYSSENET, M. O mundo que mudou a máquina: síntese dos trabalhos do GERPISA 1993-1999. **Nexos Econômicos,** v. 2, n. 1, 2000.

BOYER, R; JUILLARD, M. Les États-Unis: adieu au fordisme! Em: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds). **Théorie de la régulation.** L'état des savoirs, Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

BOYER, R; MISTRAL, J. **Accumulation, inflation, crises.** Paris, Presses Universitaires de France, 1978.

BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds.) **Théorie de la régulation**. L'état des savoirs, Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

BOYER, R; SOUYRI, P.-F. (Eds.) **Mondialisation et regulations:** Europe face à la singularité américaine. Paris, La Découverte, 2001.

BRAGA NETO, R. **A nostalgia do fordismo:** elementos para uma crítica da teoria francesa da regulação. Tese de doutorado, Campinas, Unicamp, 2002.

CORIAT, B. **Pensar pelo Avesso**: o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro, ed. UFRJ/Revan, 1994.

CORIAT, B. France: un fordisme brisé... et sans sucesseur. Em: BOYER, R; SAILLARD, Y. (Eds). **Théorie de la régulation.** L'état des savoirs, Paris, La découverte, collection Recherches, nouvelle édition complétée, 2002.

DOERINGER, P; PIORE, M. **Internal labor markets and manpower analysis.** Lexington,

Lexington Books, 1971.

EDWARDS, R; REICH, M; GORDON, D. (eds.) **Labor Market Segmentation.** Lexington, Lexington Books, 1975.

GORDON, D. Up and donw the long roller coaster. Em: Union for Radical Political Economics (Eds.) **US capitalism in crisis.** Nova Iorque, Union for Radical Political Economics, 1978.

GORDON, D. Stages of accumulation and long economic cycles. Em: Wallerstein, I; Hopkins, T. **Processes of the world system.** Bervely Hills, Sage Publications, 1980.

GORDON, D. The global economy: new edifice or crumbling foundations? In: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (eds.) **Social Structures of Accumulation:** the Political Economy of Growth and Crisis. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1994.

GORDON, D; EDWARDS, R; REICH, M. **Segmented work, divided workers:** the historical transformation of labour in the United States. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1982.

GRAMSCI, A. Americanismo e fordismo. Em: GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**, Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 4ª edição, 1980.

HUSSON, M. The regulation school: a one-way thicket from Marx to social liberalism? Em: BIDET, J; KOUVELAKIS, S. **Critical companion to contemporary marxism.** Chicago, Haymarket Books, 2009.

JESSOP, B. Regulation theories in retrospect and prospect. **Economy and Society**, v. 19, n. 2, 1990.

JESSOP, B; N. L. SUM. **Beyond the regulation approach:** putting capitalist economies in their place. Cheltenham, Edward Elgar, 2006.

KOTZ, D. The regulation theory and the social structure of accumulation approach. Em: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (eds.) **Social Structures of Accumulation:** the Political Economy of Growth and Crisis. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1994.

KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (eds.) **Social Structures of Accumulation:** the Political Economy of Growth and Crisis. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1994a.

KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. Afterword: New international institutions and renewed world. In: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (eds.) **Social Structures of Accumulation:** the Political Economy of Growth and Crisis. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1994b.

LEE, T. **The radicalization of Stephen Marglin.** Disponível em: www.thecrison.com. Acessado em 20/04/2012, 1975.

LIPIETZ, A. **Miragens e Milagres.** Problemas da Industrialização do Terceiro Mundo. São Paulo, Nobel, 1988a.

LIPIETZ, A. As relações capital-trabalho no limiar do século XXI. **Ensaios Econômicos FEE**, v. 12, n. 1, 1991.

LIPIETZ, A. From althusserianism to "regulation theory". Em: KAPLAN, E; SPRINKER, M. **The althusserian legacy.** Londres: Verso, 1993.

LIPIETZ, A. The fortunes ans misfortunes of post-fordism. Em: ALBITTRON, R; ITOH, M; WESTRA, R; ZUEGE, A. **Phases of capitalist development:** booms, crises, and globalizations. Nova Iorque, Palgrave, 2001.

MARX, K. **O Capital.** São Paulo, Nova Cultural (Coleção Os Economistas), Livro I 1985 (1867).

MATA, T. Migrations and boundary work: Harvard, radical economists, and the committee on political discrimination. **Science in context**, v. 22, n.1, 2009.

MAVROUDEAS, S. Social structures of accumulation, regulation approach and stages theory. Em: MCDONOUGH, T; REICH, M; KOTZ, D; GONZALES-PEREZ. **Growth and Crises:** Social Structure of Accumulation Theory and Analysis. Galway, National University of Ireland, 2006. Disponível em: http://ssagalway.blogspot.com, acesso em 10/06/2010.

MELENDEZ, E. Accumulation and crisis in a small and open economy: the postwar social structure of accumulation in Puerto Rico. Em: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (eds.) **Social Structures of Accumulation:** the Political Economy of Growth and Crisis. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1994.

NATTRASS, N. Apartheid and capitalism: social structure of accumulation or contradiction? Em: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (eds.) **Social Structures of Accumulation:** the Political Economy of Growth and Crisis. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1994.

O'HARA P. An institutionalist review of long waves theories: Schumpeterian innovation, modes of regulation and social structures of accumulation. **Journal of Economic Issues**, v. 28, n. 2, 1994.

REICH, M. Radical economics in historical perspective. **Review of Radical Political Economics**, v. 25, n. 3, 1993.

REICH, M; GORDON, D; EDWARDS, R. Dual Labor Markets: A Theory of Labor Market Segmentation. **American Economic Review**, vol. 63, n. 2, 1973.

TSURU, T. The social structure of accumulation approach and the regulation approach: a US-Japan comparison of the reserve army effect. Em: KOTZ, D; MCDONOUGH, T; REICH, M. (eds.) **Social Structures of Accumulation:** the Political Economy of Growth and Crisis. Nova Iorque, Cambridge University Press, 1994.

URPE. **General history of URPE.** Disponível em: www.urpe.org. Acesso em 14/06/2012.

WEISSKOPF, T. Autobiographical statement. Em: **Biographical Dictionary of Dissenting Economists.** Cheltenham, Edward Elgar, 2012.